

A República da Espada: a atuação política do Major Gregório Taumaturgo de Azevedo como primeiro governador do estado do Piauí (1889-1890)

The Republic of the Sword: the political role of Major Gregório Taumaturgo de Azevedo as the first governor of the state of Piauí (1889-1890)

Thaise de Sousa Araújo

Mestra em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI.

E-mail: thaise17@yahoo.com.br

Resumo: O artigo tem como temática a trajetória política do major piauiense Gregório Taumaturgo de Azevedo, analisando, especificamente, a sua atuação como governador do Estado do Piauí nos meses iniciais da República brasileira (1889-1890). A partir de fontes hemerográficas como: Gazeta do Norte – CE (1889), Jornal do Comércio (1890), Democracia – RJ (1890), A Democracia – PI (1890), A legalidade - PI (1890) e Cearense – CE (1890), buscamos compreender a relação construída pelo Governador com as elites políticas locais após a mudança de regime; como se deu a dinâmica da reorganização partidária em âmbito estadual e quais os passos dados por Taumaturgo perante os embates que insurgiram no campo político. Para o desenvolvimento do trabalho nos apoiamos em autores como: Monsenhor Chaves, Teresinha Queiroz, Dalton Macambira, Higino Cunha, Maria Cecília Nunes, Wilson Carvalho Gonçalves Frank MacCann e Carina Martiny.

Palavras-chave: Taumaturgo de Azevedo. Piauí. República.

Abstract: This research project has as main theme the political trajectory of the major from Piauí, Gregório Taumaturgo de Azevedo, analyzing specifically his role as governor of the State of Piauí in the early months of the Brazilian Republic (1889-1890). From hemerographic sources such as: Gazeta do Norte – CE (1889), Jornal do Comércio (1890), Democracia – RJ (1890), A democracia – PI (1890), A legalidade – PI (1890) and Cearense – CE (1890), we seek to understand the relationship built by the Governor with the local political elites after the regime change; how the dynamics of party reorganization took place at the state level and what steps were taken by Thaumaturgo in the face of conflicts that arose in the political field. For the development of the work we rely on authors such as: Frank MacCann, Carina Martiny, Dalton Macambira, Higino Cunha, Maria Cecília Nunes, Wilson Carvalho Gonçalves, Monsenhor Chaves and Teresinha Queiroz.

Keywords: Taumaturgo de Azevedo. Piauí. Republic.

Introdução

Uma das primeiras ações do Governo Provisório Central após a Proclamação da República foi a nomeação de aliados para governar os estados. Segundo MacCann, ¹ a queda do Império levou à troca de presidentes provinciais por oficiais e civis aliados do governo, que indicaram seus sucessores. Estas mudanças teriam em grande parte ocorrido de forma pacífica, porém, posteriormente, passaram a ocorrer lutas violentas pelo controle do poder estadual. Não havia acordo sobre o significado de República, uma situação que pode ser facilmente notada se levarmos em consideração os pensamentos filosóficos que moviam os republicanos, antes da proclamação da República e, subseqüentemente, durante a primeira década do novo regime, com disputas dentro do próprio governo federal. Segundo o referido autor: “sem partidos ou ideologias para reestruturar a nova ordem política, a velha ordem desintegrou-se em conflitos confusos nascidos de rixas e ciúmes locais” ²,

Gregório Taumaturgo de Azevedo foi o primeiro governador nomeado para o Estado do Piauí. Quando foi convidado para o cargo, o piauiense tinha por formação o bacharelado em Direito, ocupava o cargo de major de engenheiros e figurava entre os intelectuais da época. Atuava como Diretor de Obras Públicas em Recife, Pernambuco.³ Sua escolha para ocupar o governo do estado ocorreu em substituição à Junta Governativa Provisória, a responsável pela instalação do novo regime. O referido ato está relacionado à política de substituição nacional de juntas governativas estaduais por governadores nomeados, segundo o objetivo do Governo Provisório Central de aumentar os tentáculos do Exército pelo país. ⁴ Sua nomeação significava, em primeiro momento, a consolidação da República no Piauí e, conseqüentemente, a vinda do progresso. Entretanto, as polêmicas ocorridas em seu mandato resultaram em uma administração curta, de aproximadamente seis meses.

Observando o contexto histórico, neste artigo busca-se depreender como se deu a atuação de Taumaturgo de Azevedo como governador do Estado do Piauí após a Proclamação da República frente às questões políticas que se apresentaram durante o seu mandato, elucidar como ocorreu a formação dos partidos estaduais e como sucedeu a crise política no estado e a retirada do referido major do poder. Igualmente, trata acerca da defesa que se levantou em torno de Taumaturgo. Para isso, utilizou-se fontes hemerográficas, são elas: *Jornal do Comércio-RJ* (1889-1890); *Cearense-CE Democracia-RJ* (1890), *A Democracia-PI* (1890), *Estado do Piauí-PI* (1890) e *Gazeta do Norte-CE* (1889). Como apoio teórico, recorreu-se a Carina Martiny Dalton Macambira, Frank MacCann, Higino Cunha, Maria Cecília Nunes, Monsenhor Chaves e Teresinha Queiroz.

1.MCCANN, Frank D. Tumulto republicano. In: MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 7

2.MACCCAN, 2007, p. 47

3.GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003. p. 43-45

4.MACAMBIRA, Dalton Melo.O Piauí na proclamação da República. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 11, n. 1, p. 123, 1986; NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferreira: família e poder político no Piauí: 1889-1920*. Teresina: Academia Piauiense de Leras, 2016. p. 47

Nomeação e posse de Gregório Taumaturgo de Azevedo e a formação partidária no Piauí

A primeira informação a respeito da nomeação de Taumaturgo de Azevedo foi uma notícia publicada em 22 de novembro de 1889, que dizia ter sido visto em um pedaço de papel uma lista de nomes de governadores para os estados e, nessa lista, constava o nome de Gregório Taumaturgo de Azevedo.⁵

Nesse contexto, acontecia a política de substituição nacional de juntas governativas estaduais por governadores nomeados.⁶ Foi nesse momento que Taumaturgo de Azevedo teve conhecimento da preferência do governo por seu nome para assumir a chefia do executivo do Piauí. Ele, na condição de major de engenheiros e militar de carreira, estava em Pernambuco como diretor de obras, quando houve a Proclamação da República, ou, em seus termos, “aconteceu a revolução”. Segundo Dalton Melo Macambira, a atitude de marechal Deodoro de Fonseca em nomear militares para os governos dos estados demonstra o seu interesse em ampliar os espaços do Exército na política brasileira.⁷

Taumaturgo de Azevedo assumiu o governo em 26 de dezembro de 1889, mas, antecipadamente, tomou a decisão de não mudar a capital do estado para Parnaíba.⁸ Ao chegar em Teresina, Taumaturgo de Azevedo teria tentado, em uma reunião, fazer um arranjo político, com o intuito de agregar todos os partidos em um só, assim como seus respectivos órgãos de imprensa, como nos relata Clodoaldo Freitas, que, além de analista do período, foi um participante do processo:

Ao chegar no Piauí, um mês e dez dias depois da revolução de 15 de novembro, o Sr. Dr. Taumaturgo tratou seriamente de congregar todos os partidos em um só partido, e o seu primeiro cuidado foi convocar uma reunião da imprensa da capital, no intuito de resumir todos os jornais em um só jornal diário, dedicado exclusivamente aos grandes, elevados interesses gerais da pátria.⁹

Após a reunião em que o governador apresentou sua proposta, recebeu dos partidos a resposta de que gostariam de continuar com “suas armas” (seus jornais), enterrando-se ali a pretensão do governador. Com o fracasso de seu plano, a partir daquele momento, o então chefe do Executivo se manteve neutro nas questões e intrigas partidárias. A política de Taumaturgo de Azevedo era, segundo Clodoaldo Freitas, compatível com a situação política enfrentada pelo estado naquele instante, pois os chefes dos partidos lhe teciam elogios, e o relacionamento com eles era de cordialidade.

Em artigo publicado em 9 de junho de 1890, publicado pelo *Jornal do Comércio*, tratou-se de um banquete ocorrido em Teresina no mês de abril do mesmo ano, provavelmente organizado pelos membros do Partido Democrata. Na ocasião, o governador discursou aos presentes.¹⁰ De

5. VÁRIAS NOTÍCIAS: Vimos a [...]. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 67, n. 325, p. 1, 22 nov. 1889.

6. NUNES, 2016, p. 47

7. MACAMBIRA, 1986, p. 123

8. TELEGRAMAS: Teresina, 16 de dezembro. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 67, n. 360, p. 1, 27 dez. 1889.

9. FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí IV. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 121, p. 2, 22 jul. 1890b.

10. ESTADO DO PIAUÍ ao país: em grande banquete [...]. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

acordo com ele, houve a tentativa de unificação dos jornais partidários, porém obteve do grupo, que formava o Partido Republicano Federal, a seguinte resposta: “Queremos ficar com nossas armas”.¹¹ Também tentou a união dos grupos existentes na época para a criação de um único partido até a Constituinte, mas não teve êxito. Desde esse acontecimento o governador diz ter se convencido da impossibilidade de unir todos os elementos políticos e deixou as coisas seguirem seu curso natural. Quando foi procurado pelo diretório dos dois partidos nos dias 19 e 23 de março de 1890, respondeu que “[...] continuaria a administrar o estado livre dos preconceitos e dos partidos. Que não reconhecia nenhum partido dominante antes da Constituinte e que apenas aceitava o oferecimento de seu auxílio como elemento natural para a boa marcha dos negócios públicos”.¹²

No encontro que teve com o presidente do Partido Republicano Federal, este como “[...] intérprete de seu diretório, concordou com a posição de Taumaturgo de que não havia a necessidade de haver partidos em seu governo, que via como [...] benéfico e justiceiro, satisfazendo plenamente as ideias republicanas”.¹³ Taumaturgo de Azevedo afirma ter falado desse assunto para que todos compreendessem que estava trabalhando sem focar em personalidades ou indagar por interesses particulares, sem abrir espaço para as velhas rivalidades políticas no estado e atender às ruidosas manifestações de apoio à República de homens íntegros e preocupados com o bem-estar geral. Assim, seu governo continuaria a seguir o plano traçado inicialmente.¹⁴ (Afirma ainda que tinha a coragem cívica e a consciência dos que sabem o que querem e o que fazem. Disse também que: “Serei justo com os que merecem, serei severo com os que são dignos de punição”.¹⁵ Declarou que haveria cumprimento da lei antes de tudo. Finalizou agradecendo ao Governo Provisório, ao representante do Partido Democrata, Barão de Castelo Branco e ao diretório, e que aceitava o banquete como manifestação de apoio ao Governo Provisório.¹⁶

No dia de 12 de maio de 1890, uma notícia publicada no jornal *Gazeta do Norte*, do estado do Ceará informa que, naquela data o órgão do Partido Republicano Federal do Piauí, o jornal *Democracia*, havia rompido com a administração do governador Taumaturgo de Azevedo.¹⁷ Com forme Clodoaldo Freitas, desde que isso aconteceu Gregório Taumaturgo de Azevedo começou a fazer uma distinção amigável em favor de quem o apoiava. Para ele, era uma “[...] imbecilidade pretender que S. Ex., tendo contra si oposição grosseira e desleal, recusasse o concurso sincero de homens devotados à causa política, para beijar a mão que o esbofeteava”.¹⁸

Ao buscar explicar os motivos pelos quais rompeu com o governo de Taumaturgo, Coelho Rodrigues informa que em 1885 a política piauiense tinha como líder Demóstenes Constâncio Avelino e Joaquim Nogueira Paranaguá a quem havia se referido em outro artigo publicado no

11. AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí ao país. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890a.

12. AZEVEDO, 1890a, p. 4

13. AZEVEDO, 1890a, p. 4

14. AZEVEDO, 1890a, p. 4

15. AZEVEDO, 1890a, p. 4

16. AZEVEDO, 1890a, p. 4

17. A DEMOCRACIA, órgão [...]. *Gazeta do Norte*, Fortaleza, ano 10, n. 104, p. 2, 12 maio 1889.

18. FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul. 1890d.

Jornal do Comércio, dizendo que não teria interesse de prejudicá-los, reiterando a informação no artigo posterior.¹⁹

De acordo com Coelho Rodrigues, Demóstenes Avelino e Joaquim Nogueira Paranaguá estavam de acordo com o antigo Partido Conservador, partido de que foi representante na capital federal por nove anos. Já o Partido Liberal fora dirigido pelo Marquês de Paranaguá durante 30 anos. E naquele momento ele, Demóstenes Avelino e Joaquim Nogueira Paranaguá compunham o Partido Republicano Federal. Por amor ao Partido Federal, diz ter rompido com Taumaturgo de Azevedo, que havia preferido a dissidência conservadora de Simplício Coelho de Resende e a dissidência liberal do Barão de Castelo Branco, primo e cunhado de Urbano Castelo Branco “[...] sob a chefia solicitada do Marquês [...]”.²⁰ como provariam as transcrições na parte superior de *A Falange*, órgão da família Castelo Branco. Assegurou não ter enganado e nem traído Taumaturgo de Azevedo, porque o havia alertado de que não poderia apoiar sua política. Em carta enviada ao governador no fim do mês de abril de 1890, diz:

V. Exc. era liberal militante, filho de liberal nessa província onde o partido só teve dois chefes, o Visconde da Parnaíba e o Marquês de Paranaguá, que era o mais íntimo valido da família imperial; onde por isso muitos conservadores fraternavam com os republicanos; onde todos sabem seu secretário também era liberal e genro do lugar-tenente do Marquês [referência a Clóvis Beviláqua], e onde poucos compreendem que seus conselhos sejam o de Castelo Branco e o de Clodoaldo Freitas, isto é, os únicos dois homens que na reunião dos velhos partidos do Piauí protestaram contra qualquer manifestação hostil ao Marquês, que não podia ser hostil a Monarquia. Portanto, não se espante se o suspeitam de monarquista. Se quiser evitar isso, não prefira os cadetes e os suspeitos da República com seus morgados.²¹

À mesma época, circulava o rumor de que Taumaturgo pretendia convocar um partido e concorrer nas eleições para governador do Piauí. Clodoaldo nega essa pretensão e afirma que isso nunca foi intenção de Taumaturgo de Azevedo, que supunha estar impedido de concorrer a qualquer cargo público.²² A Constituição, porém, ainda não havia sido publicada, portanto, não havia certeza de lhe era vedado concorrer a eleições ou exercer qualquer função pública. Afirma ainda que Taumaturgo era contra a formação de grupos políticos, e que se desejasse concorrer, teria criado e comandado seu próprio partido, já que havia recebido protestos de adesão de Coelho Rodrigues.

O Partido Republicano Federal, ao qual pertenceu Antônio Coelho Rodrigues, surgiu a partir de uma reunião ocorrida na casa do capitão Honório Parentes, na Rua Paissandu, no dia 20 de março de 1890. O jornal *Democracia*, do referido partido, relata que uma hora e meia após o horário marcado para início da reunião, as dependências da casa, bem como os jardins e as imediações da residência estavam lotadas de artistas, intelectuais e o povo em geral.²³

19.RODRIGUES. Antônio Coelho. Estado do Piauí: a propósito do artigo do Sr. Dr. Urbano Burlamaqui Castelo Branco. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 167, p. 3, 16 jun. 1890.

20.RODRIGUES, 1890, p. 3

21.RODRIGUES, 1890, p. 3

22.FREITAS, 1890d, p. 3

23.A REUNIÃO política. *A Democracia*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 3 abr. 1889

Reunidos ao redor de uma mesa, todos ouviram Joaquim Nogueira Paranaguá, que em seu discurso apresentou as motivações que levaram àquele encontro, isto é, a criação de um partido republicano. Houve aplausos a Paranaguá e aos diretores do Partido Republicano. Ao fim da reunião, falaram Fernando da Costa Freire, o major Antônio Gentil de Sousa Mendes, o Dr. Antônio Vasconcelos de Menezes e o cônego Tomás de Moraes Rego. O último teria discursado a favor da criação do partido e apontado que os interesses da pátria deveriam estar acima dos desejos pessoais.²⁴

Dr. Antônio Vasconcelos de Menezes também se manifestou por meio de discurso, mostrando a necessidade de formação de partidos disciplinados e enfatizando o importante papel que esses possuem em regimes democráticos. Após as exposições, Augusto Colin da Silva Rios leu o nome dos novos redatores do jornal *Democracia*, periódico que deveria substituir os jornais *Atualidade* e *Fiat Luz*. Compunham o grupo de novos redatores: Joaquim Nogueira Paranaguá, Teodoro Alves Pacheco, Jaime de Albuquerque Rosa, Marcos Pereira de Araújo e Antônio Vasconcelos de Menezes, que receberam aplausos dos presentes. As 18:30min, uma ata foi lavrada e assinada por todos os que participaram do encontro e aderiram ao novo partido. Ao fim da reunião, os presidentes do partido Joaquim Nogueira Paranaguá, Teodoro Alves Pacheco e o Barão de Uruçuí foram acompanhados por todos os que compareceram à casa de Honório Parentes, até suas residências.²⁵

Assim, teriam composto os quadros do Partido Republicano o Centro Onça do Partido Conservador e a antiga diretoria do Partido Liberal. Aderiram à agremiação Joaquim Nogueira Paranaguá (líder da comissão presidencial do partido) Teodoro Alves Pacheco, o Barão de Uruçuí; Simplício de Sousa Mendes, Lourenço Valente de Figueiredo, Higino Cunha, Marcos Pereira de Araújo, Anísio Auto de Abreu, João do Rego Monteiro Sobrinho, Nabor Alves Mota Pinto, Emílio César Burlamaqui, Manoel Raimundo da Paz, Jaime Albuquerque Rosa, Tibério Conrado Burlamaqui, Polidoro Cesar Burlamaqui, Antônio Gentil de Sousa Mendes e outras 239 pessoas assinaram, computando um total de 255 membros do Partido, naquela ocasião²⁶.

É importante salientar que o Partido Republicano Federal criado em território piauiense era de caráter regional e não era associado a nenhum partido de abrangência nacional, já que a criação de uma legenda com essa finalidade só foi ocorrido em 1893. A ação foi conduzida pela bancada federal do estado de São Paulo com o apoio de diversas lideranças estaduais. O Partido começou a ser organizado em julho daquele ano, quando Aristides Lobo e Francisco Glicério lançaram um convite a vários senadores e deputados. O programa da nova agremiação, bem como o nome que veio a ser chamada, foi aprovada no dia 30 do referido mês, após cinco reuniões.²⁷

A intenção em torno da criação do PRF era gerar uma unidade nacional em torno da sigla, visto que as organizações partidárias fundadas anteriormente à proclamação da República

24.A REUNIÃO, 1890, p. 2-3

25.A REUNIÃO, 1890, p. 2-3

26.GRANDE reunião política. *Democracia*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 3 abr. 1890.

27.MARTINY, Cariina. Reorganização política na primeira República: o Partido Republicano Federal da criação à cisão (Brasil, 1893-1897). *Revista Latino-americana de História*, São Leopoldo, v. 4, n. 14, p. 50-51, 2015. Disponível: <http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/638>. Acesso em: 10 ago. 2021.

tinham uma conotação regional. De acordo com Chacon²⁸, em 1887, houve uma tentativa fracassada de unificação dos movimentos republicanos estaduais por meio do Manifesto do Congresso Republicano Federal (ou Nacional) no que foi chamado de Partido Republicano Brasileiro. Ainda segundo o autor, o estatuto previa que o partido tivesse sua direção entregue a um Congresso Federal constituído por dois delegados de cada província e dois delegados do município neutro, mais precisamente da Capital Federal, e estes teriam a missão de eleger um Conselho Federal composto por cinco membros.²⁹

Com a instauração da República, os partidos monárquicos foram dissolvidos e novos partidos estaduais foram formados, ou seja, a presença dos partidos nacionais ainda não era realidade no País. De acordo com Guanabara³⁰, não existiam dois grandes partidos nacionais que regiam as instituições do país como semelhantemente existiam no Império, mas sim diversos partidos estaduais que tinham em seus quadros membros cuja a opção ideológica adotada no império já não importava, já que os antigos grupos políticos rapidamente adotaram o novo regime com o intuito de manterem-se no poder.

A falta de unidade político-partidária causava dificuldades a governabilidade do Governo Provisório Central perante o Congresso Nacional. O Governo utilizava-se de artifícios pouco politizados para relacionar-se com as facções, como: ameaçar ou lisonjear os representantes do Poder Legislativo para que favorecessem uma melhor governabilidade. Em períodos eleitorais esses grupos regionais aliavam-se a fim de definir o candidato à presidência.³¹

Depois da organização do partido federalista, seus diretores se dirigiram até o Palácio e se colocaram à disposição do governador. Como porta-voz do partido foi escolhido o Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá. Taumaturgo de Azevedo respondeu-lhes que, a seu ver, não havia necessidade da criação de partidos e que preferia ter a “família piauiense unida como até então”. Segundo Clodoaldo Freitas, Joaquim Nogueira Paranaguá replicou ao governador, discordando de seu posicionamento. Após esse evento e organizado também o Partido Democrata, seus líderes foram se apresentar ao governador, e dele receberam a mesma resposta dada aos federalistas. O surgimento dos democratas teve como base a alegação de que “isolados pela criação de um partido adverso, tínhamos necessidade de nos agremiar, sob pena de morte”.³²

Para evitar choques, o governador declarou que só aceitaria pedidos assinados pelos presidentes dos diretórios, ou seja, Nogueira Paranaguá assinaria pelo Partido Republicano Federal e o Barão de Castelo Branco pelos democratas. Essa situação causou uma verdadeira “revolução”³³ entre os partidos e o governador. Acendera-se, naquele momento, o sinal de alarme.

Clodoaldo Freitas informa que Teodoro Alves Pacheco havia ficado incomodado de ter que submeter seus pedidos a Joaquim Nogueira Paranaguá, já que ele era o chefe dos federalistas; mas o segundo também tinha sua importância dado o seu republicanismo histórico, que, na

28.CHACON, 1998, p. 57 *apud* MARTINY, 2015, p. 51.

29.CHACON 1998, p. 57 *apud* MARTINY, 2015, p. 51

30.GUANABARA, 2002, p. 18 *apud* MARTINY, 2015, p. 51.

31.GUANABARA, 2002, p. 18 *apud* MARTINY, 2015, p. 51.

32.FREITAS, 1890b, p. 2

33.A palavra revolução aqui possui a conotação de rompimento nas relações entre o governo e o referido grupo político.

avaliação de Clodoaldo Freitas, era simbólico. Na vigência dessa situação em que Teodoro Pacheco ficou em segundo plano, este se afastou do Palácio, onde apenas Joaquim Nogueira Paranaguá compareceu. Percebe-se que a postura do chefe do Executivo não foi bem-sucedida. O governador tentou fazer uma política de conciliação entre os partidos, juntando em único grupo monarquistas e republicanos oriundos dos partidos Liberal e Conservador, fundindo também os jornais em um só. Para Cecília Nunes, ali teriam iniciado seus problemas, já que a proposta não foi aceita³⁴. A pesquisadora também afirma que o objetivo do governador era inibir o poder dos grandes proprietários e garantir sua liderança.³⁵ Monsenhor Chaves comenta que Taumaturgo de Azevedo intencionava usufruir dos “bons elementos” sem levar em conta o passado de décadas de ideais políticos, que, naquele instante, estavam adormecidos. Essa inércia, porém, durou pouco, pois pequenos incidentes começaram a aparecer e traçar uma linha divisória entre antigos partidários conservadores e liberais, “aproveitados no governo de Taumaturgo”.³⁶ Desta forma, em um determinado momento, o chefe do Executivo estadual viu-se obrigado a escolher um lado para apoiá-lo – os políticos de matriz liberal, tornando assim os conservadores fortes opositores de seu governo.³⁷ Higino Cunha narra:

Nessa reunião em palácio de todos os próceres, não conseguiu realizar seu plano e deu preferência à facção do Barão de Castelo Branco, em que se filiaram os doutores Coelho de Resende e Clodoaldo Freitas. Daí resultou a aliança dos conservadores com o Barão de Uruçuí, que conseguiu facilmente a retirada do 1º vice-governador, Dr. Joaquim Nogueira Paranaguá, republicano histórico do sul do estado, que se entregou à direção do Dr. Teodoro Pacheco, chefe do antigo Partido Conservador.³⁸

Dessa forma, a nova organização política deu-se da seguinte maneira:

A mudança de regime político, em particular nos primeiros anos, permitiu o realinhamento de antigos grupos conservadores e liberais e mesmo a eliminação de algumas antigas lideranças políticas - inclusive pelo abandono de interesses partidários. Nesse novo ordenamento, antigas lideranças dos dois partidos se uniram para formar os partidos Republicano Federal, Democrata e Legalista, este de efêmera duração. O Partido Republicano Federal resultou da aliança de antigos líderes do Partido Conservador - como Gabriel Ferreira e Teodoro Pacheco - e chefes liberais como o Barão de Uruçuí (João da Cruz e Santos). O Partido Democrata resultou basicamente da dissidência do Partido Liberal, identificada desde os primórdios da década de 1880 e chefiada por Mariano Gil Castelo Branco (depois Barão de Castelo Branco), cuja liderança alcançava o centro-norte da província e envolvia quase toda a sua imensa parentela.³⁹

O Partido Federal foi composto por maioria conservadora, da dissidência liberal e da “unidade republicana” de Joaquim Nogueira Paranaguá. O Partido Democrata formou-se por

34. NUNES, 2016, p. 47

35. NUNES, 2016, p. 47

36. CHAVES, Joaquim (Mons.). *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998, p.95.

37. CHAVES, 1998, p. 95

38. CUNHA, Higino. *Memórias: traços autobiográficos*. Brasília; Teresina. Senado Federal; Academia Piauiense de Letras, 2011, p. 55-58.

39. QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011, p. 310.

maioria liberal e dissidência conservadora chefiada por Simplício Coelho de Resende. De acordo com Clodoaldo Freitas:

O Dr. Coelho Rodrigues que não é da escola de Epaminondas, tem propalado que o Partido Democrata se formou de duas dissidências, sem se lembrar que em haver dissidência, esta só podia ser contra os chefes dos velhos partidos, e ninguém dirá que o Sr. Barão de Uruçuí, por exemplo, que se rendeu ao [...] enorme e imoral subvenção que recebe, fosse, no Piauí, o ex-chefe do Partido Liberal, e levasse consigo a maioria do partido (FREITAS, 1890d, p. 3).

Clodoaldo Freitas acredita que a justificativa de Coelho Rodrigues para o fato de o Barão de Uruçuí ter levado consigo para o Partido Federal apenas o ex-chefe liberal de Campo Maior (Augusto da Cunha Castelo Branco), e ter ficado o restante com os democratas, se devia ao fato de o Marquês de Paranaguá ter dirigido o Partido Liberal por 30 anos, enquanto Coelho Rodrigues dirigiu os conservadores por menos tempo. Conclui assim que entre os liberais não se podia falar de dissidência.

As polêmicas eram frequentes entre as organizações político-partidárias recém-formadas. Uma delas ocorreu em torno de cartas que teriam sido escritas por Joaquim Nogueira Paranaguá e pelo Barão de Uruçuí ao Marquês de Paranaguá, com o interesse de garantir sua manifestação de aprovação ao Partido Federal, já que tinham consciência de que aquele que ganhasse o apoio daquele político ganharia também o de sua família, que o seguiria. Entretanto o Marquês optou por apoiar os democratas⁴⁰. Clodoaldo Freitas assegura a veracidade das cartas, como podemos ver a seguir: “Eu garanto a existência das cartas do Dr. Nogueira ao Marquês de Paranaguá pedindo seu apoio e fazendo-lhe os mais cordiais protestos de amizade”.⁴¹ Coelho Rodrigues, porém, teria dito que se tratava de uma vil acusação.⁴²

Em publicação do *Jornal do Comércio*, no dia 22 de junho de 1890, Urbano Castelo Branco também afirma que Joaquim Nogueira Paranaguá escreveu ao Marquês expressando manifestações de estima, amizade e gratidão e igualmente solicitando um relacionamento amistoso, e conjecturando que intrigantes eram responsáveis pela separação de ambos. Urbano Castelo Branco sugere que uma dessas pessoas era Coelho Rodrigues. Quanto ao Barão de Uruçuí, teria escrito ao Marquês no mesmo ano protestando ser fiel e dizendo até mesmo não aceitar alianças políticas com Joaquim Nogueira Paranaguá se este fosse hostil com seu tio. Na interpretação de Urbano Castelo Branco essa descrição honra o Barão de Uruçuí e Joaquim Nogueira Paranaguá, deixando Coelho Rodrigues mal pela exploração que fez da situação. E encerra o artigo dizendo não desejar mais discutir com Coelho Rodrigues.⁴³

A ideia de que o Marquês de Paranaguá estaria morto do ponto de vista político, ao passo que Coelho Rodrigues estava vivo, era posta pelo Barão de Castelo Branco em conferências e combatida por Clodoaldo Freitas. Ele próprio e outros democratas não aceitavam que se desprestigiasse o antigo chefe liberal, por sua importância no Império e por pertencer a uma

40.FREITAS, 1890d, p. 3

41.FREITAS, 1890d, p. 3

42.FREITAS, 1890d, p. 3

43.CASTELO BRANCO, Urbano. Estado do Piauí: ainda uma resposta ao Sr. Dr. Antônio Coelho Rodrigues. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 172, p. 2, 21 jun. 1890.

abastada família.⁴⁴ Trecho de carta enviada por Taumaturgo de Azevedo a Coelho Rodrigues, publicada no calor dessas polêmicas, destaca, porém, que o Barão de Castelo Branco e Clodoaldo Freitas eram os únicos que se punham contrários às manifestações em oposição ao Marquês de Paranaguá. Clodoaldo Freitas admite que “efetivamente fomos contra a projetada eliminação do Marquês de Paranaguá”.⁴⁵ Em sua perspectiva, Coelho Rodrigues estaria usando o fato de ele e o Barão de Castelo Branco apoiarem o Marquês para levar vantagem nessa conjuntura inicial do regime republicano. A defesa do Marquês, asseverava Clodoaldo Freitas estava desvinculada da pretensão de reavivar o prestígio outrora usufruído pelo antigo chefe liberal.⁴⁶

Nessa disputa inicial pelo apoio político do Marquês e de sua família, Joaquim Nogueira Paranaguá foi igualmente acusado de buscar esse apoio. Coelho Rodrigues toma a defesa de Joaquim, afirmando que a carta enviada só poderia ser compreendida tomando como referência a data de sua emissão, e que ocorrera em outra circunstância.⁴⁷ Joaquim havia feito esse contato há mais de um ano, acreditando que gozava da intimidade do tio. Era possível que, após a chegada do novo regime, tivesse aconselhado o tio a deixar a direção da família. Acreditava ainda que Joaquim talvez preferisse não ter escrito para o tio, tendo em vista que ele não havia respondido à maioria das cartas, admitindo haver uma dívida “epistolar” para o sobrinho.⁴⁸

O certo é que o Marquês de Paranaguá preferiu apoiar o Partido Democrata. Em resposta à carta-consulta recebida, informou que, na mesma data, se dirigiria aos amigos e parentes pedindo apoio. O autor do artigo diz não haver necessidade de ressaltar o apoio dos parentes do Marquês, e também que houve tentativa do grupo adversário de tirar vantagem da aproximação do Marquês com o Partido Democrata, espalhando haver nessa aproximação cheiro de conspiração a favor da Monarquia. Na defesa, considerava que o Marquês era bastante patriota e esclarecido para lutar por uma causa perdida e que, mesmo antes de ter conhecimento a respeito desse apoio, o Dr. Caio Lustosa, juiz de Direito da comarca de Bom Jesus e o Barão de Santa Filomena, sobrinho do Marquês, já tinham aderido ao Partido Democrata. Essa situação comprovaria para os elementos do interior do estado, que o diretório não era negligente quanto às conquistas e que o partido “[...] avançava triunfante de vitória em vitória”.⁴⁹

Na polêmica, Coelho Rodrigues afirmava que, quando da fundação dos partidos, procurou criar uma certa barreira a essa criação na expectativa da vigência da Constituição. Embora não aplaudisse o fato, aceitou a aliança do centro-conservadores, mas acrescentava que nada lhe teria custado se Taumaturgo de Azevedo impugnasse sua candidatura para a Constituinte. Entretanto, percebia haver certo apoio da parte do governador.⁵⁰

A disputa em torno da adesão do Marquês de Paranaguá, centro das discussões entre federalistas e democratas decorria do fato de:

44.FREITAS, 1890d, p. 3

45.FREITAS, 1890d, p. 3

46.FREITAS, 1890d, p. 3

47.RODRIGUES. Antônio Coelho. Estado do Piauí: a propósito do artigo do Sr. Dr. Urbano Burlamaqui Castelo Branco. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 167, p. 3, 16 jun. 1890.

48.RODRIGUES, 1890, p.3

49.ADESÕES. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 167, p. 3, 16 jun. 1890.

50.RODRIGUES, 1890, p.3

A família Lustosa ocupar os municípios de Santa Filomena, Parnaguá e Corrente, onde exerce a mais benéfica e extraordinária influência política, já pela sua tradicional bondade, já pelas suas riquezas e independência. Toda essa importante família acompanha o Marquês de Paranaguá, que, assim, fica sendo o elemento mais poderoso da política do Piauí.⁵¹

Conforme Teresinha Queiroz, o final do Império e início da República produziram um cenário de incerteza, desconfiança e de instabilidade política Clodoaldo Freitas, no Império, ao publicar textos de teor republicano, sendo filiado ao Partido Liberal, era acusado de republicano. Por possuir laços parentais com influentes ligados ao citado partido, não teria se declarado abertamente adepto da República. Porém, isso não impediu que fosse acusado de monarquista por seus opositores, na vigência da República. E que apesar das especulações de que o Marquês de Paranaguá e Clodoaldo Freitas eram inimigos, aquele, no Império, de certa forma o manteve sob controle, em razões de suas “convicções republicanas”.⁵²

Com relação a Clodoaldo Freitas, Queiroz sugere que caso esse distanciamento tenha realmente ocorrido, teria assumido uma forma branda, já que Clodoaldo não demonstrava qualquer animosidade em referência aos parentes do Marquês. Após a República, as insinuações acerca das relações tensas entre os dois políticos tiveram continuidade. Em 1890, Clodoaldo Freitas escreveu uma carta aberta ao Marquês, o que fez soar o alarme do Governo Central sobre a possível persistência da “mesma influência e camaradagem com o monarquista Paranaguá”.⁵³ Essa situação fez com que Clodoaldo passasse a ser acusado de monarquista após a República.

Cecília Nunes observa que após o advento da República, o Piauí teve seu quadro político dominado por monarquistas sujeitos às determinações de Coelho Rodrigues, que foi chefe do Partido Conservador, e de João Lustosa da Cunha Paranaguá, que foi líder do Partido Liberal. Os dois foram conselheiros do Império e amigos de D. Pedro II.⁵⁴

A crise política, demissão e defesa de Taumaturgo no Rio de Janeiro.

A crise política no governo de Taumaturgo de Azevedo teve início com a criação dos partidos políticos, seguida do rompimento entre o recém-formado Partido Republicano Federal e o governo estadual, que logo recebeu o apoio do Partido Democrata. As frequentes trocas de acusações tornavam os ânimos cada vez mais exaltados e cada vez mais distante a possibilidade de conciliação entre os dois grupos políticos.

De acordo com Gregório Taumaturgo de Azevedo, os problemas políticos entre ele e os seus adversários começaram antes mesmo da criação dos partidos republicanos no Piauí. Primeiramente com os pedidos de nomeações feitos por Joaquim Nogueira Paranaguá, que entende-se teriam sido negados, gerando a primeira intriga entre Coelho Rodrigues e o referido governador.⁵⁵

51.FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí III. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 119, p. 2, 19 jul.1890a.

52.QUEIROZ, 2011, p. 306-307

53.QUEIROZ, 2011, p. 307

54.NUNES, 2016, p. 44

55.AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890c.

Outra indisposição entre os dois lados teria acontecido após a formação dos partidos, quando o membro do Partido Republicano Federal, Teodoro Alves Pacheco, na mesma data de formação da agremiação, teria pedido uma nomeação, que teria sido rejeitada. A justificativa de Taumaturgo de Azevedo para a recusa decorreu de sua decisão de não atender a pedidos que não tivessem a intermediação dos presidentes dos diretórios, evitando assim o favorecimento político. Ao não recuar diante da insistência de Teodoro Pacheco, o militar acredita que sua postura teria levado ao fortalecimento das críticas contra seu governo.⁵⁶ Nos termos do governador, ele teria buscado atender o interesse de todos até a fundação dos partidos. E exemplificou sua postura ao falar da nomeação de Joaquim Nogueira Paranaguá para o cargo de 2º médico do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Afirma que foram documentados 25 pedidos do médico e mais alguns de Teodoro Pacheco.⁵⁷

Um segundo nome frequentemente mencionado nas discussões foi o do Barão de Uruçuí, apontado como grande empresário e articulador político, que, segundo Taumaturgo, teria apoiado a Coelho Rodrigues por conveniência econômica. Após a demissão de Taumaturgo de Azevedo, Clodoaldo Freitas, em artigos publicados no Rio de Janeiro, expressa com cautela as motivações para a deposição do governador, e permitiu-se lembrar de que havia pessoas incomodadas com o zelo do ex-governador com as contas públicas. Como ele havia realizado um empréstimo junto ao Tesouro Nacional, esse crédito estaria na mira dos corruptos.⁵⁸

Clodoaldo Freitas relata que superfaturamentos nas obras públicas eram muito comuns nas administrações anteriores à do primeiro governador nomeado após o advento da República, e cita como exemplo dessa situação, um fato ocorrido no governo de Teófilo Fernandes dos Santos, quando “[...] Só de uma verba de 50:000\$000 (cinquenta contos de réis) ficaram 44:000\$000 (quarenta e quatro contos de réis) em casa do Barão de Uruçuí, e os seis restantes com parentes seus”.⁵⁹ Refere-se a esse momento como o “período dos Zés”, que também fora, a seu ver, forte e justamente condenado pelo jornal conservador *A Época*, do Dr. Coelho Rodrigues.⁶⁰

Tendo encontrado nos antigos contratos, grande parte do dinheiro gasto e algumas obras não cumpridas, Taumaturgo teria tratado de exigir do administrador algumas formalidades, como bons materiais e solidez nas obras, pois não existiam contratos detalhados sobre as construções e apenas ofícios ordenando a feitura das obras. Clodoaldo Freitas narra um episódio de má utilização do dinheiro público: “Um irmão do Barão de Uruçuí, o Zés verdadeiro, entre outras, havia-se encarregado das obras do arrendamento do porto da capital e tão mal as fizera, que com a primeira chuva, as pedras caíram, produzindo fundas escavações”.⁶¹

Ele ainda explica que:

O Sr. Taumaturgo mandou que consertasse a obra, e não lhe deu os cinco contos que faltaram, dinheiro que agora o Dr. Nogueira mandou entregar, naturalmente porque o grei dos Zés é hoje

56.AZEVEDO, 1890c, p. 3

57.AZEVEDO, 1890c, p. 3

58.FREITAS, 1890b, p. 3

59.FREITAS, 1890b, p. 3

60.FREITAS, 1890b, p. 3

61.FREITAS, 1890c, p. 2

abençoada, e faz parte da comandita que, não há muito, o cobria dos mais torpes doestos.⁶²

A companhia (trata-se da Companhia de Navegação a Vapor do rio Parnaíba) do Barão de Uruçuí é apontada por Clodoaldo Freitas, em concordância com as críticas de Coelho Rodrigues, fizera durante o período do Império, como um grande empecilho para o progresso do estado.

O Barão de Uruçuí, chefe da patuleia dos Zés, vive hoje no seio de Abraão, crente de que a subvenção imoralíssima que recebe a sua riquíssima companhia, companhia da capital de 150:000\$000, e que tem recebido do estado em subvenção, não entrando dispensa de fretes, impostos, etc., para mais de dois mil contos, é a sua única missão política! Essa companhia, que o Sr. Dr. Coelho Rodrigues tantos anos tão acertadamente guerreou é o maior empecilho, o maior embaraço ao progresso da navegação fluvial.⁶³

Conforme Clodoaldo, o governador Taumaturgo de Azevedo ciente da situação da companhia que enriquecia às custas do estado, pensou em comprá-la e revendê-la a uma companhia inglesa, para que esta administrasse a grande artéria fluvial com trecho superior a 200 léguas.⁶⁴ Acreditava que, por causa das ações de Taumaturgo enquanto governador, novas “prevenções” foram feitas numa “guerra surda” no Piauí, porém “ruidosa” no Rio de Janeiro, por meio de telegramas “anônimos e mentirosos” destinados à imprensa. Para ele, perante o Governo Federal, essas “prevenções” foram feitas por Coelho Rodrigues, o “jurisconsulto contratado”. Em sua concepção, outro motivo que teria contribuído para a saída de Gregório Taumaturgo de Azevedo do poder foi o empréstimo que este militar fez para o estado no valor era de 500 contos de réis, dos quais 197 contos, referentes à primeira parcela, brevemente seriam enviados, com isso gerando um saldo positivo de 50 contos de réis ao cofre público.⁶⁵ Avalia que a boa índole de Taumaturgo de Azevedo, ao administrar o dinheiro público impedindo a corrupção por parte dos donos da companhia seria motivo para desejarem a sua saída. Por isso, novas investidas surgiram contra o governador. Todos os fatos apresentados teriam resultado na demissão de Taumaturgo de Azevedo do cargo. Coelho Rodrigues teria contribuído para esse resultado através de sua influência no Rio de Janeiro.

Entretanto, é importante ressaltar que ainda durante o mês de março, o Governador em exercício o considerou a possibilidade de demitir-se por consequência de uma série de fatores:

[...] as repetições de intrigas, estando já aborrecido com toda aquela politicagem infame, desgostoso pelas nomeações de juízes feita pelo Dr. Coelho Rodrigues contra os interesses da Justiça e apenas para preparar o domínio do seu coelhado, vendo-me adoentado e prejudicado em seus interesses, preferindo em acesso, sem compensação equivalente ao sacrifício que fazia, resolvi pedir demissão do cargo [...].⁶⁶

Em meados de abril de 1890, Taumaturgo de Azevedo enviou o seguinte telegrama ao

62.FREITAS, 1890c, p. 2

63.FREITAS, 1890c, p. 2

64.FREITAS, 1890c, p. 2

65.FREITAS, 1890c, p. 2

66.AZEVEDO, 1890c, p. 3

ministro do Interior:

[...] peço minha exoneração apesar honrosa confiança mereci Governo Federal. Suspendo desde já todos os meus trabalhos administrativos iniciados e reformas em vias de execução. E, para salvaguardar os interesses do estado, peço-vos para passar a administração para o 3º vice-governador do estado, Barão de Castelo Branco, cidadão prestigioso, honesto e garantia de ordens e créditos Piauí, visto como o 1º vice-governador (Joaquim Nogueira) é incapaz de reagir contra pretensões inconfessáveis e o 3ª (Teodoro Pacheco) é um energúmeno político, infelizmente para mim, somente hoje conhecido.⁶⁷

Afirma que estava disposto a manter sua decisão, porém em respeito ao ministro do Interior viu-se forçado a ficar mais um pouco. O telegrama enviado teve a seguinte resposta do ministro:

Em 17 de abril – governador – vossa susceptibilidade é de um caráter nobre e longe de estranhá-la aplaudo-a. Continuais a gozar de toda a confiança do governo que conta com o vosso patriotismo na administração desse estado, posto de sacrifícios e de benemerência.⁶⁸

Oito dias após o seu pedido de demissão, continuava a sofrer ataques de seus adversários por meio do jornal do Partido Republicano Federal, dirigido por Teodoro Pacheco, e onde Joaquim Nogueira Paranaguá também escrevia contra ele. Nesse meio tempo veio um telegrama do ministro do Interior com o informe da demissão do 2º vice-governador e a transferência do primeiro colocado para o terceiro, em resposta a pedido feito pelo governador no telegrama a seguir:

26 de abril. Jornal grupo bacharel Teodoro Pacheco acerca do governo com falsidades e inconveniências. Tendo procedido com a calma que não desejo transviar-me caminho traçado administração. Para primeiro Barão de Castelo Branco, para 3º Joaquim Nogueira. Para 2º Jesuíno José de Freitas, magistrado inteligente, probo e circunspeto, ficando assim exonerado aquele bacharel proposto poucos dias depois de minha chegada [Teodoro Alves Pacheco], mas hoje reconheço não ter ele isenção do espírito e moralidade para este cargo de plena confiança Governo Federal.⁶⁹

Estes foram os termos usados para solicitar a troca de vice-governadores ao Governo Federal. No dia 28 de abril de 1890 Taumaturgo recebeu um telegrama com a resposta do ministro do Interior: “Para que se possam lavrar nomeações dos mesmos vice-governadores indicados vosso telegrama 26, convém indicar indicações por extenso nome próprio”.⁷⁰

Nova mensagem foi enviada com os nomes por extenso de seus indicados, o que confirmava, ao seu ver, a confiança que o governo nele depositava. Porém em 22 de maio, estando o Governo Federal convencido da “má política” do então governador, reintegrou Joaquim Nogueira Paranaguá e Teodoro Alves Pacheco para 1º e 2º vice-governadores, respectivamente. Jesuíno José de Freitas, o 3º vice-governador, foi substituído pelo Barão de Uruçuí.⁷¹

67.AZEVEDO, 1890c, p. 3

68.AZEVEDO, 1890c, p. 3

69.AZEVEDO, 1890c, p. 3

70.AZEVEDO, 1890c, p. 3

71.AZEVEDO, 1890c, p. 3

Nessa mesma data, 22 de maio, o primeiro governador republicano nomeado Gregório Taumaturgo de Azevedo foi demitido. A notícia do afastamento de Taumaturgo foi emitida por Coelho Rodrigues e Eliseu Martins a Teodoro Pacheco.

Clodoaldo Freitas esclarece os fatos. Conforme suas palavras, após a notícia, os federalistas teriam se reunido à porta do Barão de Uruçuí, soltando foguetes e “a dar morras ao governador”. Houve um grande alvoroço na cidade.⁷²

Sabendo do acontecimento, o delegado de polícia e chefe da guarda republicana, o alferes João de Deus Moreira de Carvalho, vai até o chefe de polícia, José Calheiros de Melo, narrando o que ocorria e pedindo ordens, pois não queria tomar para si a responsabilidade de alguma medida que viesse a suceder, devido aos insultos ao governador, que também era seu irmão. Posto a par de tudo, o chefe de polícia se aprontou e com a arma na cintura dirigiu-se ao lugar. Às 22 horas, puseram-se na frente do portão da guarda republicana e “[...] Calheiros mandou apitar, reuniu a força que estava de prontidão e, já à frente dela, ao lado do delegado, estando presente quase toda a oficialidade, seguiu para o lugar do ajuntamento, então maior e de caráter mais sedicioso”.⁷³

Próximo à casa do Barão de Uruçuí, José Calheiros de Melo pediu para que a força parasse e dali seguiu sozinho para o meio do grupo, todavia, logo voltou debaixo de gritos de “fora polícia”, e disse ao comandante: “Dê uma carga de baioneta para dispersar essa gente”. O comandante obedeceu e disparou o artefato. Houve correria, mas não houve feridos. Clodoaldo Freitas comenta que mesmo não havendo machucados, Coelho Rodrigues divulgou o contrário. Clodoaldo Freitas descreve a ação policial em meio ao tumulto:

Ao aproximar-se a força da casa do Barão de Uruçuí, ouviu-se duas ou três detonações, que aliás não fala o Dr. Calheiros em suas partes. A verdade é que o Barão de Uruçuí, acobardado, desmaiado em uma cadeira, atirado pela janela, como um traste, mais tarde telegrafou que ficou com a casa crivada de balas; depois que tiros foram dirigidos a sua pessoa e, finalmente, que o alferes ou tenente-coronel João de Deus fizera pontaria a sua cabeça, e achou testemunhas, que juraram isto! Sabemos como se arranjam testemunhas em tais ocasiões. Era uma força como qualquer outra, o chefe de polícia o melhor dos cômicos.⁷⁴

O governo de Taumaturgo de Azevedo, as questões políticas, sua queda e defesa no Rio de Janeiro constituiu o livro de Clodoaldo Freitas *fatores do coelhado*: esboço de história, de 1892.⁷⁵ Um jornalista e leitor do livro fez uma crítica sobre a obra, veiculada no jornal *A Legalidade*. Assinado sob o pseudônimo Nabor, que embora não possamos afirmar com certeza, possivelmente seria Nabor Pinto, o texto apresenta dez pontos a respeito da obra, ora discordando das afirmações de Clodoaldo Freitas, ora manifestando-se a favor.⁷⁶

72.FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí XI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul. 1890e.

73.FREITAS, 1890e, p. 2

74.FREITAS, 1890e, p. 2

75.O livro teve sua primeira edição lançada em 1892, pela tipografia do jornal *O Democrata*, sendo relançado apenas em 2019, na coleção do centenário da Academia Piauiense de Letras. Para a construção deste texto utilizamos essa segunda edição, organizada por Teresinha Queiroz.

76.NABOR. Trocos miúdos. *A Legalidade*, Teresina, ano 1, n. 40, p. 3, 15 out. 1892.

Um dos pontos divergentes em relação à versão de Clodoaldo Freitas é o do tiroteio que teria ocorrido na casa do Barão de Uruçuí em 22 de maio. Nabor ⁷⁷ diz que há no livro uma inexatidão na narrativa dos fatos. Para ele estava incorreto atribuir toda a culpa do ocorrido a José Calheiros de Melo, pois a responsabilidade seria na verdade do alferes João de Deus Moreira de Carvalho e de Egídio Pereira.

No dia 4 de junho de 1890, Taumaturgo de Azevedo foi chamado pelo Governo Federal à cidade do Rio de Janeiro e logo viajou. Clodoaldo Freitas posteriormente também segue viagem para aquela Capital e é na imprensa carioca que escreve e colabora na defesa do ex-governador perante o Governo Central, naquele momento, chefiado pelo Marechal Deodoro.

Considerações finais

Portanto, observa-se que, mesmo havendo uma transição política em andamento, questões políticas e partidárias continuaram presentes como fumaça a ponto de reacenderem a um pequeno estímulo, o fogo abrandado. A presença de antigas lideranças demonstra a manutenção de estrutura política existente desde a Monarquia, ao oportunizar o rearranjo de monarquistas de dois partidos imperiais (Partido Liberal e Partido Conservador) e republicanos históricos, o que explicita, até certo ponto, a frouxidão de preceitos ideológicos quando confrontados com a oportunidade de preservação do poder.

A tentativa de unificação dos grupos por parte de Gregório Taumaturgo de Azevedo foi fator fundamental para que essas tensões se intensificassem. A historiografia aponta que o caráter técnico de Taumaturgo de Azevedo se sobressai em relação ao político, o que, em parte, justificaria sua intenção em unificar forças e ignorar as oposições políticas já existentes.

Pressionado pela oposição que lhe sucedeu após o rompimento do PRF, com constantes debates suscitados nos jornais e denúncias feitas ao Presidente do Brasil, Taumaturgo pediu a sua demissão ainda no mês de abril, que não foi atendida imediatamente. Apesar da sua hesitação em aliar-se a um grupo, as acusações de uma possível traição ao Governo Central, a má administração e articulações para assumir definitivamente a Chefia do Poder Executivo Estadual pesaram contra Taumaturgo, o que o levou a aproximar-se dos Democratas, acentuando a rivalidade entre os dois grupos. Esses fatores acarretaram na sua convocação para esclarecer suas atitudes ao Governo Central, no Rio de Janeiro.

Referências

Fontes

- A DEMOCRACIA, órgão [...]. *Gazeta do Norte*, Fortaleza, ano 10, n. 104, p. 2, 12 maio 1889.
- ADESÕES. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 167, p. 3, 16 jun. 1890.
- A REUNIÃO política. *A Democracia*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 3 abr. 1889.
- AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí ao país. *Jornal do Comércio*, Rio de

77.NABOR, 1892, p. 3

Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890a.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890b.

AZEVEDO, Gregório Taumaturgo de. Estado do Piauí VI. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 224, p. 3, 12 ago. 1890c.

CASTELO BRANCO, Urbano. Estado do Piauí: ainda uma resposta ao Sr. Dr. Antônio Coelho Rodrigues. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 172, p. 2, 21 jun. 1890.

ESTADO DO PIAUÍ ao país: em grande banquete [...]. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 161, p. 4, 9 jun. 1890.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí III. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 119, p. 2, 19 jul. 1890a.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí IV. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 121, p. 2, 22 jul. 1890b.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí V. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 122, p. 2, 23 jul. 1890c.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí VI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 123, p. 3, 24 jul. 1890d.

FREITAS, Clodoaldo. Estado do Piauí XI. *Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 129, p. 2, 31 jul. 1890e.

GRANDE reunião política. *Democracia*, Teresina, ano 1, n. 1, p. 2, 3 abr. 1890.

NABOR. Trocos miúdos. *A Legalidade*, Teresina, ano 1, n. 40, p. 3, 15 out. 1892.

NOTICIÁRIO: Governador do [...] *Cearense*. Fortaleza, ano 44, n. 136, p. 1, 21 jan. 1890.

RODRIGUES. Antônio Coelho. Estado do Piauí: a propósito do artigo do Sr. Dr. Urbano Burlamaqui Castelo Branco. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 68, n. 167, p. 3, 16 jun. 1890.

TELEGRAMAS: Teresina, 16 de dezembro. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, ano 67, n. 360, p. 1, 27 dez. 1889.

VÁRIAS NOTÍCIAS: Vimos a [...]. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, ano 67, n. 325, p. 1, 22 nov. 1889.

Bibliográficas

CHAVES, Joaquim (Mons.). *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

CUNHA, Higinio. *Memórias: traços autobiográficos*. Brasília; Teresina. Senado Federal; Academia Piauiense de Letras, 2011.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2003*. Teresina: Halley, 2003.

MACAMBIRA, Dalton Melo. O Piauí na proclamação da República. *Carta CEPRO*, Teresina, v. 11, n. 1, p. 123, 1986.

MCCANN, Frank D. Tumulto republicano. In: MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 27-100.

MARTINY, Cariina. Reorganização política na primeira República: o Partido Republicano Federal da criação à cisão (Brasil, 1893-1897). *Revista Latino-americana de História*, São Leopoldo, v. 4, n. 14, p. 49-68, 2015. Disponível: <http://revistas.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/638>. Acesso em: 10 ago. 2021.

NUNES, Maria Cecília Silva de Almeida. *Oligarquia Pires Ferr eira: família e poder político no Piauí: 1889-1920*. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

Artigo submetido em: 30/10/2021

Aprovado em: 15/12/2021